

As mudanças da Idade Média Central: indícios de uma ordem pré-capitalista

Jonathan Marcel Scholz¹

As mudanças da Idade Média Central: indícios de uma ordem pré-capitalista

Resumo: No presente artigo procurou-se analisar, principalmente, como as mudanças econômicas e sociais ocorridas na Idade Média Central (X-XIII), sobretudo em sua fase final (século XIII), contribuíram para o advento de uma ordem pré-capitalista. Estabelecendo uma discussão bibliográfica entre os medievalistas franceses Georges Duby e Jacques Le Goff, buscou-se problematizar tal período que se destaca por uma intensa expansão econômica e significativas alterações comportamentais dos homens.

Palavras-chave: Idade Média Central – Georges Duby – Jacques Le Goff – Capitalismo – Annales.

Changes of the Central Middle Age: evidences of pre-capitalism order

Abstract: In this article aimed analyze, mainly as the economic and social changes occurring in the Middle Ages Central (X-XIII), especially in its final phase (thirteenth century), contributed to the advent of pre-capitalist order. Establishing a bibliographical discussion between the French medievalist Georges Duby and Jacques Le Goff, sought to problematize such period that stands out by intense economic expansion and significant man's behavioral changes.

Keywords: Central Middle Age – Georges Duby – Jacques Le Goff – Capitalism – Annales.

Los cambios de la Edad Media Central: evidencias de un orden precapitalista

Resumen: En este artículo tratamos de analizar, sobre todo porque los cambios económicos y sociales que ocurren en la Edad Media Central (X-XIII), especialmente en su fase final (siglo XIII), ha contribuido a la llegada de una orden precapitalista. Estableciendo una discusión bibliográfica entre los medievalistas franceses Georges Duby y Jacques Le Goff, buscamos problematizar ese período que se destaca por una intensa expansión económica y significativos cambios de comportamiento en los hombres.

Palabras clave: Edad Media Central – Georges Duby – Jacques Le Goff – Capitalismo – Annales.

Introdução

A Idade Média² é um período histórico que sempre encantou as sociedades ocidentais. E tal fascínio não é por acaso. Presente até os dias de hoje – inclusive na sociedade brasileira – essa atração decorre, em grande medida, das singularidades que o período medieval instiga. Em outras palavras, dir-

¹ Mestre em História - Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Vale lembrar que o termo Idade Média é uma convenção historiográfica. Conforme Gómez (1998, p. 58): "En general la historiografía coincide en señalar la existencia de tres subperíodos dentro de la Edad Media: la Alta Edad Media, entre el siglo V y el X; la Plena Edad Media o Edad Media Clásica, entre los siglos XI y XIII, y la Baja Edad Media para los siglos XIV y XV".

se-á que existe certa predileção dos indivíduos por esta dimensão temporal, pois a Idade Média, considerada em toda a sua complexidade, foi um extenso período temporal que engendrou transformações que inauguraram modelos que acabaram por dar sustentação política, econômica e social ao Ocidente.

Uma destas transformações geradas ao longo da Idade Média, mais especificamente na transição entre a Idade Média Central (XI-XIII) e a Baixa Idade Média (XIV-XV), foi o desenvolvimento de comportamentos econômicos e financeiros que esboçaram o surgimento de uma ordem capitalista. Ou seja, é nesse entrecruzamento temporal em que começam a aparecer vestígios de elementos econômicos que podem ser considerados, não sem discussão, pré-capitalistas.

Vale dizer que tal debate, para analisar se houve ou não um movimento inicial de uma ordem capitalista durante a Idade Média, foi muito estimulado no século XX. Vários autores se debruçaram para explicar a transição econômica que possibilitou o advento desta nova ordem. Instigando um intenso debate, principalmente localizado no seio da discussão marxista do pós 2ª guerra, Maurice Dobb, Paul Sweezy, Christopher Hill, Rodney Hilton, Eric Hobsbawm e outros, conflitaram posições e interpretações acerca da transição do feudalismo para o capitalismo.

Discussões à parte, o fato é que independente da Idade Média inaugurar ou não as bases de um modelo pré-capitalista, o período final da Idade Média Central (por volta do ano 1200) é caracterizado por estimular muitas alterações econômicas e sociais no Ocidente medieval. Destaca-se, por exemplo, a monetarização da sociedade, a utilização da usura, o espírito do lucro, etc. Mudanças e vicissitudes em relação ao capital que estabeleceram as bases de um novo processo histórico, tão bem estudadas por diversos historiadores, dentre eles, os ligados ao grupo francês dos Annales, Georges Duby e Jacques Le Goff.

Investigando os meandros da sociedade feudal, tais medievalistas franceses foram responsáveis por disseminar novas interpretações sobre as mudanças ocorridas ao longo da Idade Média Central. Divulgando o processo que trouxe à tona a utilização de novas ferramentas econômicas e novas práticas financeiras pelos homens da Idade Média Central, Duby e Le Goff se tornaram historiadores basilares na área medieval.

O presente artigo propõe analisar de que maneira Georges Duby e Jacques Le Goff interpretaram as transformações econômicas e sociais ocorridas ao final da Idade Média Central. Pensando como a alta monetarização da sociedade interferiu na mentalidade e no próprio comportamento econômico dos homens, investiga-se se tais pesquisadores apoiam a ideia de que o século XIII foi um período propício para o surgimento das bases de uma ordem dita pré-capitalista.

O lugar social de Duby e Le Goff

A título de biografia e inserção de um lugar social, deve-se reiterar que tanto Georges Duby

como Jacques Le Goff foram membros ativos do grupo dos Annales. Isso significa reconhecer que ambos estavam inseridos de modo social e intelectual, no mesmo espaço simbólico. Eram provenientes do mesmo círculo intelectual engendrado na Universidade de Estrasburgo, localizada na região franco-germânica da Alsácia-Lorena. Assim sendo, compreende-se que o *Annales d'histoire économique et sociale* enquanto instituição de saber, interferiu diretamente na escrita de seus representantes. Apesar da autonomia criativa e da especialidade temática de cada um dos historiadores, a instituição forneceu um núcleo teórico-metodológico comum a seus representantes. Além disso, assumindo o ofício de uma tradição histórica, os Annales se especializaram em diversas áreas de humanidades, dentre as quais, a história medieval³.

Georges Duby nasceu em Paris no dia 07 de Outubro de 1919. Iniciou seus estudos com um interesse especial pela Geografia, mas em pouco tempo rumou para a história, se preocupando sobretudo pela história medieval, influenciado pelo seu professor-orientador Jean Déniat (PETERS, 2011, p. 11). Herdeiro dos estudos medievais, Duby afirmou que a história medieval era “[...] um terreno praticamente virgem e onde era possível colocar questões novas, totalmente novas” (DUBY apud PETERS, p. 11).

Por outro lado, Jacques Le Goff conterrâneo de Georges Duby em nacionalidade e especialidade temática no ofício de historiador, nasceu em Toulon em primeiro de Janeiro de 1924. Quanto à carreira profissional, destacou-se de tal maneira dentro da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, que chegou ao ponto de substituir Fernand Braudel na direção do grupo em 1962, passando a direção para François Furet apenas em 1967. Na ocasião, foi responsável por inovar os estudos em mentalidades e antropologia histórica com o foco na Idade Média⁴.

As mutações da Idade Média Central

É bem sabido nos estudos medievais que o feudalismo, fenômeno que representa o ápice da Idade Média Central, teve um processo de gestação bastante longo. Para Hilário Franco Junior (1986, p. 9), tal processo remonta “[...] à crise romana do século III, passando pela constituição dos reinos germânicos nos séculos V-VI e pelos problemas do Império Carolíngio no século IX, para finalmente

³ Sobre os Annales ver: REIS, José Carlos. *A Escola dos Annales: A inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000 e BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

⁴ Desde sua formação institucional em 1929, os Annales demonstraram uma predisposição aos estudos medievais, começando por um dos seus líderes, Marc Bloch. Mas essa tendência não parou no autor de Reis Taumaturgos e de Sociedade Feudal. Posteriormente, vários historiadores do grupo francês se dedicaram e assumiram em algum momento da carreira profissional a pesquisa da história e da historiografia medieval, incluindo nesse rol, além de Georges Duby e Jacques Le Goff, Fernand Braudel e Le Roy Ladurie.

se concluir em fins desse século ou princípios do X”. Deste processo resultaram muitas transformações, dentre as quais se destacam-se a ruralização da sociedade, a fragmentação do poder central, o desenvolvimento das relações de dependência social, a clericalização da sociedade, a privatização da defesa, o enrijecimento da hierarquia social e as transformações de mentalidade (FRANCO JUNIOR, 1986, p. 9).

Acerca do processo de interiorização da sociedade, é consenso entre os historiadores que inúmeras coletividades se desenvolverão nos chamados senhorios. Segundo Duby (1991, p. 13), senhorio era um modelo de domínio, no qual o rei concedia a certos senhores porções territoriais para exercerem a autoridade efetiva sobre os habitantes destes espaços, cobrando impostos, desenvolvendo a defesa militar e organizando a justiça. Representando uma instituição altamente complexa e que não se reduzia a direitos sobre terras, o intelectual defende que o conceito de senhorio é ambíguo e de sentido variável. Em outras palavras, não existia um modelo pronto e acabado para essa instituição; na verdade, ideias gerais e delimitadoras acerca de seu processo no seio da sociedade medieval. Com isso, cada senhorio tinha suas próprias especificidades e possuía “[...] o seu destino próprio e a sua estrutura original” (1991, p. 14). Além disso, “[...] o senhorio, grande ou modesto, constituía incontestavelmente o motor mais activo de toda a economia rural” (1991, p. 14).

Nessa perspectiva, Duby destaca que a economia dos senhorios produzia exatamente aquilo que necessitava. Não havia nenhuma intenção de retirar da terra o máximo de rendimentos ou produzir excedentes alimentícios, pelo contrário, “[...] a primeira preocupação era amortecer todas as flutuações, garantir rendimentos estáveis, com prazos regulares e que fossem estritamente ajustados a consumos considerados invariáveis” (1991, p. 21). Em outras palavras, para o intelectual francês a economia era “rigorosamente planificada”. Franco Junior (1986, p. 31) complementa afirmando que além de a população viver em função direta ou indireta da agricultura, os próprios comportamentos e os valores socialmente aceitos pelos indivíduos estavam associados a esse caráter agrícola. Sem discordar de Duby, mas expressando uma visão um pouco mais otimista da economia senhorial, ele diz:

[...] sempre assustado com a possibilidade de fome, cada senhorio procurava suprir as suas necessidades, produzindo para o seu consumo tudo que ali fosse possível. Mesmo em solos pouco favoráveis a determinados cultivos não se deixava de produzi-los, mesmo que de má qualidade ou pequena quantidade, para não se depender de outros locais (FRANCO JUNIOR, 1986, p. 31).

O interessante a se pensar é que esse padrão econômico era moldado numa determinada mentalidade dos homens daquele período. Mentalidade que era reforçada e tensionada a partir dos paradigmas cristãos da Igreja Católica. Tal instituição influenciava invariavelmente todas as relações políticas, econômicas, sociais e culturais estabelecidas pelos homens feudais, porque além da instituição soberana do período, a entidade era a única que mantinha princípios de governo, estabelecia padrões de organização (oriundo do contato com o mundo romano) e detinha o conhecimento (OLIVEIRA, 2010, p. 268). Evidencia-se que a igreja interferia, de fato, na vida dos homens. Portanto, apesar de a ortodoxia católica ser desrespeitada por várias seitas, como os cátaros, os albigeneses e outros cultos heterodoxos, os preceitos e normas da igreja tinha enorme força na

mentalidade medieval.

Como resultado, é válido lembrar que tal instituição formou um grande patrimônio material arrecadando doações dos seus fiéis, principalmente da nobreza. Nesse caso, o patrimônio material se referia a doações de terra. Para Duby (1991, p. 16): “Todos os cristãos doavam, e muitas vezes. Davam aquilo que tinham em abundância e que consideravam mais precioso, ou seja, a terra”. Essa relação é determinante para a história econômica do período, visto que essas fortunas eclesiásticas geraram um sério problema de gestão para a Igreja. O que fazer com tantas posses territoriais? Quem cuidará dessas terras? Quem produzirá nelas? Em vista disso, uma das soluções encontradas para resolver essa pendência, conforme Duby era conceder essas terras a “amigos” da Igreja – membros de grandes famílias e nobres – que os eclesiásticos entendiam ser importantes para garantir o apoio político e a segurança da instituição católica.

Nesse âmbito, deve-se pensar que existiram várias relações profissionais e sociais, para além do frágil estereótipo do servo feudal. Havia uma gama de subdivisões dentro da ideia de servo e que realizavam distintos trabalhos e atividades. Com esse ambiente totalmente complexo e difuso, igualmente eram os encargos e serviços (que eram dispersos e específicos dependendo da região analisada) que marcavam as relações sociais entre senhores, nobres e camponeses. Os mais frequentes eram os “aluguéis” pelo uso do moinho, da carroça, do forno (e ferramentas quaisquer do senhorio), ou a corveia, a talha e o direito de *ban*. Além disso, esses serviços e explorações, nas suas formas mais díspares, eram elementos fundamentais na validação das relações sociais e econômicas do período. Em geral, visaram sempre o benefício patrimonial dos grandes senhores ou das influentes ordens religiosas. Porém, a partir do século XII surgem sinais de que vários desses encargos estavam em vias de desaparecimento. Por quê?

A expansão socioeconômica dos séculos XII e XIII

Primeiramente, deve-se dizer que o século XII representou um período de inflexão. Ao mesmo tempo em que consolidava o ápice da estrutura feudal, explorando os progressos técnicos, agrícolas e mantendo a organização social em torno dos valores monásticos, tal período trouxe à tona várias modificações socioeconômicas. Ao tratar sobre o século XII, Wood (2002, p. 37) afirma: “Éste es el siglo que se há visto como el del ‘descubrimiento del individuo’, cuando las personas desarrollaron un nuevo sentido de conciencia propia y de sus capacidades y derechos individuales”. Ou seja, esse novo sentido de consciência própria interferia nas relações pessoais. Influenciava, inclusive, nas relações econômicas que estavam se desenvolvendo. O uso corrente do dinheiro, por exemplo, era resultado, em partes, desta modificação filosófica.

Para explicar a relação entre o processo de supressão dos encargos (acima mencionados) com as alterações comportamentais dos homens, deve-se assegurar que em decorrência de sua dinamização, a sociedade Ocidental demonstrou um relativo aperfeiçoamento de instrumentos agrícolas, melhora

da produtividade e desenvolvimento das trocas entre senhorios-cidades neste período. Introduzindo várias moedas nas relações econômicas, muitos dos serviços e encargos entraram em desuso e perderam sua função, como ocorreu, por exemplo, com a corveia (que induzia o reforço da mão-de-obra nos grandes trabalhos sazonais). Percebe-se que a mão-de-obra, representada em grandes equipes de trabalhadores, foi se tornando supérflua com a utilização de novos equipamentos no campo (como a charrua). Em outras palavras, o progresso técnico e a circulação monetária apressaram o fim de vários desses serviços.

Outro fator a ser considerado, é que o amplo desenvolvimento das trocas entre senhorios-cidades também possibilitou a inserção de mais moedas nas explorações. A maior produtividade permitia aos camponeses ficarem com um excedente, que sendo vendido nas feiras locais, era convertido numa certa renda monetária. Em contrapartida, os senhores precisavam cada vez mais de moedas para negociar e passavam a recebê-las dos seus servos ao invés dos produtos ou serviços que eles lhe deviam (FRANCO JUNIOR, 1986, p. 72).

Combinado a tais fatores, persiste um aspecto de ordem biológica. Para Duby (1991), a melhora das técnicas agrícolas e a consequente expansão da produtividade no campo estimularam tanto o aperfeiçoamento do nível de vida como o progresso da civilização. Ou seja, a partir de plantações mais fecundas, as pessoas se alimentavam mais e com melhor qualidade. Por consequência, elas e suas proles viviam de modo mais longo. Um evento estimulava o outro. Expandindo este panorama relativo ao crescimento demográfico, Franco Junior (1986, p. 62) afirma:

[...] o crescimento demográfico ocorreu como resposta lógica a uma sociedade que não encontrava obstáculos à tendência natural que toda espécie tem para se multiplicar. De fato, na época feudal dois importantes fatores de mortalidade foram pouco ativos: as epidemias e a guerra. A natalidade, por sua vez, era favorecida pela abundância de recursos naturais, pela suavização do clima, pela transformação jurídica do campesinato, pelas inovações das técnicas agrícolas.

Consequentemente, muitas mudanças econômicas e sociais foram ocorrendo ao longo dos séculos XII e XIII. Os grandes senhores precisavam oxigenar suas fortunas, porque além de não renderem economicamente (ocasionando um fenômeno crescente de endividamento), a posse da terra e a produção agrícola já não eram suficientes. Ademais, realizar festas, fazer guerras e investir em ferramentas agrícolas exigia cada vez mais dinheiro. Por isso, novos mecanismos econômicos foram criados – como é o caso das rendas e franquias – para dinamizar as fortunas laicas e eclesiásticas. Duby (1991, p. 88) explica:

A multiplicação dos inventários e das contas após 1180, a nova preocupação de precisão numérica que manifestam, são, em parte, o resultado do progresso geral da cultura. São também um testemunho de uma habituação ao uso da moeda; os senhores e os seus agentes tomaram pouco a pouco consciência mais precisa do valor das coisas, habituaram-se a avaliar, a contar.

Nota-se, portanto, que a expansão econômica do século XII-XIII produziu elementos

socioeconômicos e uma consciência financeira que anteciparam certas características presentes no desenvolvimento do capitalismo moderno. Ao tratar a respeito do avanço da preocupação numérica, do hábito do uso da moeda, da consciência precisa do valor das coisas, do ato de avaliar e somar valores, Duby indiretamente se refere a aspectos que modelam as bases do pensamento que funda o estatuto do sistema capitalista.

Com isso, argumentando que as modificações econômicas interferiram na própria organização dos senhorios, Duby (1993, p. 88) verifica que a crescente atuação de técnicos especialmente responsáveis pela administração dos “cofres” senhoriais foi fundamental para o processo de gestão econômico-financeira da Idade Média Central. Controlando as entradas/saídas dos senhorios, os administradores eram agentes encarregados de atualizar os livros de registros financeiros, fiscalizando e contabilizando o fluxo monetário. Em suma, nota-se que esta alteração econômica precipita uma preocupação notadamente capitalista. O recurso estatístico, essencial para medir os lucros, começava a fazer parte da economia medieval.

Diante desse quadro, tais transformações fizeram emergir um novo processo, de caráter multifacetado, que foi se espalhando naquela sociedade. As mudanças abruptas das novas relações econômicas – que perpassavam o emprego do dinheiro “físico” e seus diversos usos – como empréstimos, créditos e juros geraram progressivamente uma modificação no comportamento econômico dos homens. Duby (1991, p. 93) confirmava a reflexão:

[...] descobre-se pelo menos uma modificação no seu comportamento econômico. Todos eles se acostumavam a comprar, a vender, a utilizar o dinheiro. Por essa via, sentiam-se certamente muito mais responsáveis pelos destinos do seu senhorio do que os seus predecessores. Tinham tomado consciência de que a sua fortuna era variável e que podiam travar o seu declínio, determinar o seu crescimento.

Nesse contexto, a utilização expansiva do dinheiro a partir do século XII mudou o cenário econômico da Idade Média Central. O poder de comprar, vender, travar um declínio financeiro ou expandir o crescimento financeiro transformou a relação do homem com o dinheiro. Em síntese, Duby (1991, p. 93) nota que esses homens eram menos avessos ao espírito do lucro. Nesse ponto, a modificação no comportamento econômico dos homens durante a expansão medieval é um indício revelador de um estágio pré-capitalista, pois o lucro ou a ideia de lucro são pontos elementares do sistema que se desenvolverá plenamente nos séculos posteriores. Sem dúvidas, essa noção de lucro era ainda incipiente e abstrata. Isso significa que a busca de um lucro ilimitado e sem amarras sociais, morais ou religiosas eram impensáveis na Idade Média

Neste debate, Guy Fourquin apesar de rejeitar a ideia de um pleno pré-capitalismo medieval, admite que um pré-capitalismo financeiro surgiu, de fato, durante o século XIII. Ou seja, tal aspecto não deixa de ser um germe do futuro sistema baseado no capital. Explicando seu raciocínio, Fourquin (1991, p. 300) afirma: “Apesar de a indústria ter se mantido ‘doméstica’, os negociantes ricos em capitais souberam discipliná-la de maneira a que a sua produção pudesse responder às exigências do

comércio mais distante. Desde este momento, houve capitalistas [...]”.

Outro vestígio pré-capitalista na escrita de Duby se refere ao endividamento crescente dos camponeses durante a expansão medieval. Se por um lado os grandes senhores adotavam créditos rurais, empréstimos, arrendamentos e concessões de terra, por outro, os camponeses eram obrigados a entrar na dinâmica também, quer investindo na compra de animais, na aquisição de acessórios e ferramentas (nos burgos) ou na obtenção de sua liberdade jurídica (DUBY, 1991, p. 113). Ocorria uma exploração financeira, pois os camponeses que não tinham mais do que a sua terra e o seu gado, comprometiam seus instáveis rendimentos. Atrasando os pagamentos de taxas específicas, os mesmos ficaram presos a uma rede de dívidas. Por isso, além de estimular o êxodo de camponeses vulneráveis para a cidade, durante o decurso do século XIII a distância entre ricos e pobres foi alargada (DUBY, 1991, p. 150).

Confirmando que as transformações feitas no regime de cobranças senhoriais, isto é, a conversão dos serviços em dinheiro fora mais vantajosa para os camponeses mais ricos, Duby (1991, p. 112) afirma que “no século XIII, a fiscalidade senhorial sobrecarregava os mais pobres, enterrando-os cada vez mais”. Com isso, conseqüentemente não é em vão que durante a transição do século XIII para o XIV ressurgiram sinais de servidão pessoal em certas zonas do Ocidente Medieval. As pessoas criavam laços de estrita dependência com os senhores através de novos modelos de dominação econômica. Duby (1991, p. 110) diz: “Perto do século XIV [...] o renascimento da servidão surge nas regiões onde podemos observá-la, como uma das expressões mais evidentes da recente submissão econômica de um novo proletariado camponês aos senhores da terra”.

Ao mesmo tempo, deve-se ter em mente que todas essas questões referem-se a uma sociedade estabelecida por volta do ano 1200. Trata-se de uma sociedade fundamentada nos dogmas da Igreja Católica e que condenava (no sentido mais literal) o uso do dinheiro, a especulação financeira e o espírito do lucro. Wood (2002, p. 16) ao explicar o poder simbólico que a Igreja Católica exercia na sociedade medieval, afirma:

La iglesia estava presente en todos los aspectos de la vida medieval. Controlaba la educación y, por tanto la formación do carácter [...] En las ciudades y los pueblos, las ferias y los mercados, la Iglesia controlaba el ritmo de vida. Las campanas de las iglesias medían el tempo; el año litúrgico, el calendario; y los días sagrados, el ocio. Sin embargo, abarcava de un modo más personal y directo la vida económica de los cristianos. El papa, como cabeza de la cristiandad, era el juez universal de la humanidad. Por eso todos estaban sujetos a ley de la Iglesia, el derecho canónico, y a la jurisdicción de las cortes eclesiásticas.

Em outros termos, a Igreja Católica possuía um domínio sobre os destinos da sociedade medieval. Controlando a própria noção temporal, através de seus sistemas de calendários, dias santos, períodos de jejuns e penitências, a entidade administrava o ritmo da vida. Subordinando as pessoas a seus postulados institucionais, o clero detinha e reafirmava o poder intelectual, político e econômico na Idade Média. Ou seja, isso significa que a compreensão desse período histórico, não obstante a sua complexidade, passa pelos paradigmas cristãos elencados pela Igreja Católica.

Um destes paradigmas católicos era a condenação moral do dinheiro. A acumulação de capital era reprovada e condenada pela instituição. Wood (2002, p. 19) lembra: “se fomentaba el mejoramiento espiritual, pero no el económico [...] la Iglesia condenaba cualquier cosa o a cualquiera que estuviese implicado em la acumulación de dinero”. Mas, por contradição, no século XII-XIII muitas transformações econômicas ocorreram no seio da sociedade medieval. O comportamento financeiro dos homens, inclusive, sofreu grandes modificações. A monetarização da sociedade entrava em choque direto com os preceitos da Igreja.

Portanto, como gerir esta sociedade que se monetariza sem precedentes e que está, em contrapartida, impregnada de uma mentalidade que pune a acumulação de dinheiro? Como adaptar a doutrina eclesiástica com novas e multifacetadas práticas financeiras que davam um novo poder aos homens?

O século XIII e a usura

Procurando analisar estas questões delimitadoras do final da Idade Média Central, Le Goff explica que o século XIII consolida uma situação caótica e complexa. A confluência das questões espirituais com as demandas financeiras marcava o período e revelavam que a mistura de dinheiro com religião poderia ser explosiva. Sobre isso, Le Goff (1989, p. 10) afirma:

O impulso e a difusão da economia monetária ameaçam os velhos valores cristãos. Um novo sistema econômico está prestes a se formar, o capitalismo, que para se desenvolver necessita senão de novas técnicas, ao menos do uso massivo de práticas condenadas desde sempre pela Igreja. Uma luta encarniçada, cotidiana, assinalada por proibições repetidas, articuladas a valores e mentalidades, tem por objetivo a legitimação do lucro lícito que é preciso distinguir da usura ilícita.

O primeiro ponto a atentar é o estabelecimento de uma contradição fundamental. A expansão medieval gerou uma economia monetária que não era mais compatível inteiramente com a sua mentalidade cristã. Dessa forma, a Igreja atuará como um “freio” brecando o desenvolvimento econômico propiciado pela renovação de práticas e comportamentos financeiros (WOOD, 2002). O segundo ponto que interessa é o fato de Le Goff não titubear em dizer que o capitalismo estava prestes a se formar naquele momento. Ele sequer fala num possível pré-capitalismo. Ou seja, ousando em sua análise e considerando o século XIII como o “berço” do sistema capitalista, o medievalista francês argumenta que para se desenvolver plenamente o novo sistema precisaria renovar seu aporte de técnicas e práticas, pois a Igreja condenava-as desde sempre.

Assim, a discussão em torno do nascimento do capitalismo no século XIII é permeada pelo fenômeno da usura. Le Goff (1989, p. 09) diz: “A formidável polêmica em torno da usura constitui de certo modo o ‘parto do capitalismo’”. Em outras palavras, associando e interligando capitalismo e usura, o medievalista deixa claro que a prática usurária é responsável, de fato, pelo surgimento do sistema capitalista. A usura, que Le Goff cognomina de “Nosferatu pré-capitalista”, fornece o impulso

necessário para a eclosão desta nova ordem.

Notando a existência de uma linha tênue entre as práticas do juro e da usura, o medievalista argumenta que as fronteiras do que era lícito e ilícito moralmente justificavam a interferência da Igreja Católica neste debate. Por isso, a igreja precisava se posicionar. Sair detrás de seus muros e se envolver com questões cotidianas do século XIII, as quais eram a circulação do dinheiro, o espírito do lucro e a atividade usurária. Envolvendo profundas dimensões simbólicas e mentais dos homens, Le Goff (1989, p. 14) argumenta que “[...] com a evolução de um mundo que, cada vez mais, oferece aos cristãos gozos terrestres, a Igreja escolhe falar. A uma sociedade em plena mutação, ela dirige uma palavra muitas vezes inédita e trata da vida cotidiana”.

Le Goff parte da premissa de que a Igreja considerava uma dualidade entre a alma e o corpo. Existia um antagonismo entre as duas esferas. A primeira significava basicamente a salvação do homem. Era sinônima de humildade, redenção e, por consequência, vida eterna. Em contrapartida, o corpo era tentado seguidamente pelos gozos terrestres, como o dinheiro. A Igreja declarava o dinheiro um vetor diabólico. Significava ostentação, pecado, sofrimento e consequente condenação espiritual (LE GOFF, 1989, p. 14).

Além disso, na gama de transformações propiciadas pela monetarização medieval, o medievalista francês constata que até a compreensão do tempo foi progressivamente alterada pelos homens. O tempo das igrejas foi sendo progressivamente modificado pelo tempo do mercador (LE GOFF apud RUST, 2008, p. 03). Em outras palavras, o tempo sagrado foi trocado pelo tempo profano. De acordo com Rust (2008, p. 04), “O mercador conquistava o tempo e retalhava-o tal como a um objeto. Impunha-lhe um preço, tratava-o como um índice de cálculos, de projeção de riscos e de realização de lucros: um tempo mensurável, controlável, ‘mecanizável’”.

Quer dizer, o século XIII é o cenário em que a compreensão do tempo é modificada e o momento em que se dissemina a prática usurária. O interessante é que Le Goff liga tais eventos diretamente com o advento do capitalismo. Ou seja, a busca pelo lucro ilimitado, além de vislumbrar no tempo um índice de cálculo, projetando riscos e somas, aparece na forma específica da usura.

A questão é que “a usura é um monstro de várias cabeças, uma hidra” (LE GOFF, 1989, p. 17), ou seja, uma prática financeira multifacetada, que assumindo várias relações econômicas, dificultava o estabelecimento preciso de uma diferenciação com a ideia de juro. Argumentando que tais práticas não eram sinônimas, Le Goff (1989, p. 18) diz que o juro implicaria na transformação material de bens e a “[...] usura intervém onde não há produção ou transformação material de bens concretos”. A usura era aplicada na transação de dinheiro sobre dinheiro. Em outras palavras, alugar uma propriedade, um campo ou uma ferramenta e cobrar juros sobre seu “uso” era adequado e admissível, porém, fazer dinheiro emprestando dinheiro não era justo, porque se entendia que “o dinheiro era infecundo”. Tal operação era contra a natureza humana (LE GOFF, 1989, p. 28). Portanto, a cobrança do juro era respeitável e a da usura era inadequada.

Ao mesmo tempo, a consequência da negativa episcopal sobre a usura era a legitimação do pecado. Por meio da realização de inúmeros concílios e debates eclesiásticos acerca do fenômeno da usura no século XIII, vê-se a importância e a repercussão que esta prática assumiu. Segundo Le Goff (1989, p. 25), a Igreja estava receosa ao ver a sociedade abalada pela proliferação das práticas usurárias. O grande temor era que “[...] muitos homens abandonam sua condição social, sua profissão, para tornarem-se usurários [...] a atração pela usura faz aparecer a ameaça de um recuo da ocupação dos solos e a da agricultura, e com ela o espectro da fome”. Com isso, considerando a usura enquanto pecado, a Igreja forjava um controle socioeconômico da sociedade medieval. Impedir a expansão usurária significava principalmente manter as pessoas sob os seus dogmas e valores.

Num tempo que expunha tendências contraditórias, a expansão econômica propiciada pela monetarização, de um lado, e da intermitência clerical por outro, a usura era um meio de ascensão social. O usurário, hoje vulgarmente chamado de agiota, apesar do estereótipo negativo e da insegurança a que era submetido (lembre-se que a Igreja pregava naquele momento que a pobreza era honrosa e divina), se configurava como a expressão maior de um tempo que legitimava, aos poucos, o poder do capital. Le Goff (1989, p. 41) confirma: “Estranha situação a do usurário medieval. Numa perspectiva de longa duração, o historiador de hoje reconhece-lhe a qualidade de precursor de um sistema econômico que, apesar de suas injustiças e de seus defeitos, insere-se no Ocidente, na trajetória de um progresso: o capitalismo”.

Ascendendo socialmente através dos ganhos proporcionados pela usura, o usurário cristão inaugurava uma nova relação com a Igreja e com a própria sociedade. Apesar de não romper com os dogmas clericais, o agiota flexibilizava a sua dependência moral e econômica. Por isso, compreendendo que o capitalismo na trajetória ocidental foi um progresso, principalmente tendo em vista a dinâmica medieval, Le Goff reafirma que o usurário foi o precursor do dito sistema.

Por trás da ideia de usura deve-se perceber que houve todo um esforço intelectual e uma interpretação eclesiástica visando freá-la. Conforme a explicação de Le Goff (1989, p. 39) “[...] a usura é um roubo, portanto o usurário um ladrão”. Nesse caso, o usurário era um ladrão do tempo, pois a usura fazia com que o dinheiro continuasse “trabalhando” incessantemente. Em última instância, o usurário vendia os dias e as noites (LE GOFF, 1989, p. 40). Nada mais perigoso na Idade Média do que tal constatação. Esse fenômeno era uma afronta direta a Igreja e a seus princípios, já que o tempo pertenceria somente a Deus.

Em virtude destes motivos é que a Igreja, por volta do ano mil e duzentos, precisou repensar e propor novas soluções para a sociedade que transitava entre o feudalismo e uma nova ordem dita capitalista. Para cristianizar a sociedade e tentar colocá-la obediente sob seus braços, uma das medidas adotadas foi a importação de figuras que hoje são muito conhecidas da simbologia do mundo Ocidental, como é o caso do Diabo. Le Goff (1989, p. 67) afirma que “[...] o Diabo foi racionalizado e institucionalizado pela Igreja”. Indubitavelmente, se Deus tinha o seu paraíso, o “anjo caído” também possuía o seu “habitat”, o inferno. Logo, a própria noção de inferno (que já era conhecida) era de fato

apropriada.

Do mesmo modo, atrás desta simbologia houve um processo criativo de elaboração. Suas origens não eram ocasionais. O ponto final desse enredo, por exemplo, foi a criação do purgatório. A dicotomia paraíso contra inferno mostrava-se muito dura e estática com aquela sociedade. Assim, a igreja católica precisou amenizar a situação, pois o inferno era definitivo, e com isso a perda de fiéis (logo doações) era eminente. Portanto, a usura desempenhava um papel decisivo. Certamente muitos usurários cristãos queriam a salvação, mas não podiam tê-la naquela oposição engessada (paraíso versus inferno). Entretanto, os usurários de grandes fortunas se disponibilizavam a pagar as cifras que representassem uma nova chance de salvação. Em outras palavras, restituindo seus lucros indevidos, ou seja, devolvendo o dinheiro ganho com a usura, o usurário almejava uma salvação, mesmo que a aguardasse num ambiente neutro. Por fim, o purgatório representou esse ambiente. Era um meio-termo entre o céu e o inferno. Porém, depois de uma estadia marcada pela punição e reflexão, o purgatório sempre tendia e se inclinava mais ao céu.

Conclusões

Eminentes historiadores do século XX, Georges Duby e Jacques Le Goff deixaram suas marcas no estudo do medievo. Oriundos do mesmo lugar social – o grupo francês dos *Annales* – tais estudiosos aprimoraram as reflexões sobre a Idade Média Central, examinando e atentando para várias características econômicas, sociais e mentais que influenciaram decisivamente para o desenvolvimento de possíveis germes pré-capitalistas.

Nesse sentido, vale dizer que a escrita de ambos os historiadores conduz a aproximações e distanciamentos. Em primeiro lugar, deve-se registrar que há uma afinidade teórico-metodológica. A participação em comum nos *Annales* faz com que Duby e Le Goff tratem do mesmo período histórico e, em geral, dos mesmos eventos que mobilizaram e impulsionaram as transformações econômicas e sociais da Idade Média Central (monetização da sociedade, novas práticas financeiras, novos comportamentos econômicos, etc.). Em contrapartida, elencando objetos específicos, os medievalistas assumem abordagens que se diferenciam. Duby expressa um viés que investiga a evolução econômica da sociedade medieval e Le Goff analisa principalmente como essa mesma evolução econômica impactou nos destinos religiosos da Idade Média.

Georges Duby propõe uma análise historiográfica marcadamente econômica, sem esquecer, porém, de amarrar suas reflexões a partir de um viés social. Pensando os percursos que levaram a sociedade ruralizada da Idade Média Central a desenvolver mecanismos que transformaram a mentalidade econômica do período, passando de uma noção de economia planificada (que produzia o que era necessário, sem excedentes) para uma economia voltada para o uso do dinheiro “físico”, de giro de moeda, preocupação com lucros (movimentação das fortunas laicas e eclesiásticas) e progressos técnicos na agricultura, Duby analisou o processo que marcou o intenso alargamento das relações

econômicas.

Desta forma, considerando que uma modificação no comportamento econômico dos homens aproximou-os de uma visão menos estranha ao espírito do lucro, Duby argumenta que teve início no século XIII uma racionalização do dinheiro. Quer dizer, assinalando aspectos centrais da noção de capitalismo moderno, Duby aponta indícios que legitimam a existência de um pré-capitalismo durante o século XIII. Apresentando uma teorização na qual os homens adquirem comportamentos econômicos típicos de uma sociedade voltada para a acumulação de capital, o medievalista induz a existência de uma nova ordem, porém, não utiliza diretamente termos como capitalismo ou pré-capitalismo, etc.

Por outro lado, Le Goff trouxe à tona a dimensão das mentalidades para o debate. Investigando como a Igreja, detentora exclusiva do saber e do poder espiritual na época, trabalhou no nível simbólico com a iminência das práticas financeiras – sobretudo a prática da usura – que desafiavam seus preceitos e dogmas há muito enraizadas na sociedade Ocidental, o medievalista analisou como os entrecruzamentos da religião com o dinheiro transformaram a sociedade medieval.

Elucidando que o século XIII além de ser o tempo no qual os valores se tornaram mais terrenos, Le Goff insiste que o aludido período é o cenário do surgimento capitalista. Sendo mais explícito que Duby nesta conclusão, Le Goff defende que a prática usurária representou de certa forma o “parto do capitalismo”, pois a usura revelou aspectos centrais da noção capitalista, como a busca do lucro ilimitado. Por consequência, o usurário foi o precursor do mesmo sistema. Conforme Le Goff, o capitalismo só não se desenvolveu com maior intensidade neste momento devido a interferência e ao impacto da religião sobre os fenômenos econômicos. Le Goff (1989, p. 69) diz: “O que procuro mostrar neste livro é justamente como um obstáculo ideológico pode entrar, retardar o desenvolvimento de um novo sistema econômico”. Ou seja, para ele, as bases do sistema capitalista irrompem no século XIII, mas a Igreja Católica receosa com processo de monetarização da sociedade e das práticas financeiras que questionavam seus valores morais, travou e retardou, na medida do possível, o processo de desenvolvimento do sistema capitalista.

Finalmente, deve-se registrar que as transformações econômicas e sociais, especialmente a monetarização da sociedade e as mudanças comportamentais dos homens não ocorreram do dia para a noite. Um longo processo gestou as condições favoráveis e apropriadas para que os homens medievais se adaptassem ao poder do dinheiro. Deve-se pensar que através da mobilização das fortunas de grandes senhores e poderosos grupos eclesiásticos, por exemplo, o dinheiro consolidou seu uso em “espécie” e, a partir de então, se tornou progressivamente sinônimo de operações financeiras empregadas em transações comerciais, aplicação de créditos, juros, usura etc.

Por meio de novos comportamentos econômicos – nos quais a sociedade medieval era menos hostil ao espírito do lucro, mas não menos influenciada pelos dogmas da Igreja Católica – os homens, sobretudo os usurários, reconheceram que o poder que o dinheiro lhes dava era relativamente maior

que o medo de uma futura punição divina. O mundo profano, através de uma temporalidade mercantil, ganhava sentido.

Portanto, autorizando um profícuo diálogo para analisar as mutações da Idade Média Central, Georges Duby e Jacques Le Goff fornecem um panorama das questões econômicas e sociais da sociedade medieval. Ademais, contribuindo para conceder um estatuto capitalista à expansão econômica do século XIII, os medievalistas franceses, cada qual a partir do seu próprio viés analítico, possibilitam uma interpretação sobre a vigência de um sistema pré-capitalista na transição da Idade Média Central para a Baixa Idade Média.

Referências

ARRUDA, José Jobson. **História integrada: da Idade Média ao nascimento do mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1995.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

DUBY, Georges. **Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval**. Lisboa: 70. Ed. 1991, v.2.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **O feudalismo**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GÓMEZ, Francisco Ruiz. **Introducción a la Historia Medieval: epistemología, metodología y síntesis**. Editorial Síntesis, 1998.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Teresinha. Poder e escolástica no Ocidente Medieval. **Dimensões**, vol. 25, 2010, p. 266-285.

PETERS, Ana Paula et all. A história é uma arte com Georges Duby. **Revista Mosaico**, v.4, n.1, p. 10-20, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/viewFile/2029/1281>. Acesso em: 12 set. 2012.

RUST, Leandro Duarte. Jacques Le Goff e as representações de tempo na Idade Média. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**. v. 5, n.º 2, abril/maio/junho 2008. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF15/Artigo_II_ABRIL-MAIO-JUNHO_2008_Leandro_Duarte_Rust.pdf. Acesso em: 12 set. 2012.

WOOD, Diana. **El pensamiento económico medieval**. Barcelona: Crítica, 2002.

Recebido em 14/04/2014

Aprovado em 31/07/2014
